

THE QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS E O INSTITUCIONALISMO: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DE 1886 A 2023

The Quarterly Journal of Economics and Institutionalism: An Analysis of
Publications from 1886 to 2023

Eduarda Magrinelli Susin

Graduanda

Universidade Federal de Santa Catarina

eduardasusin2@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-6291-4847>

Tiago Dextre da Silva

Graduando

Universidade Federal de Santa Catarina

tiago.dextre@ufsc.grad.br

 <https://orcid.org/0009-0006-0747-5561>

Solange Regina Marin

Doutora

Universidade Federal de Santa Catarina

solmarin@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1427-2029>

Liana Bohn

Doutora

Universidade Federal de Santa Catarina

Liana.bohn@ufsc.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3443-5048>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O estudo analisa os artigos de Thorstein Veblen e Wesley C. Mitchell, principais nomes do institucionalismo, e dos demais textos que mencionam a escola de pensamento, dentro do *The Quarterly Journal Of Economics*, com objetivo de pontuar as temáticas abordadas nos artigos e identificar se as discussões iniciadas pelos autores se perpetuaram, se modificaram ou desapareceram com o passar das décadas. A hipótese é de que houve um apagamento institucionalista vinculado à histórica disputa intelectual entre ortodoxia e heterodoxia, com hegemonia do método neoclássico, representativo no meio ortodoxo e no *mainstream*. O método de pesquisa foi o mapeamento dos artigos da revista, para análise quantitativa e qualitativa. O texto apresenta: (i) os artigos encontrados e os momentos históricos do institucionalismo, (ii) análise dos artigos, a discussão institucional frente à economia neoclássica e o embate heterodoxia x ortodoxia e *mainstream* e (iii) as considerações finais. Nesta, conclui-se que o jornal falhou na inclusão de todas as vertentes da teoria econômica, o que parece ser uma extensão da própria história de pensamento econômico dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalismo. Neoclassicism. Heterodoxy. Orthodoxy. Mainstream.

ABSTRACT

The study analyzes the articles by Thorstein Veblen and Wesley C. Mitchell, main names in institutionalism, and other texts that mention the school of thought, within *The Quarterly Journal Of Economics*, with the aim of highlighting the themes covered in the articles and identifying whether the discussions initiated by the authors were perpetuated, modified or disappeared over the decades. The hypothesis is that there was an institutionalist erasure linked to the historical intellectual dispute between orthodoxy and heterodoxy, with hegemony of the neoclassical method, representative in the orthodox and mainstream circles. The research method was mapping of the journal's articles, for quantitative and

qualitative analysis. The text presents: (i) the articles found and the historical moments of institutionalism, (ii) analysis of the articles, the institutional discussion in relation to neoclassical economics and the clash between heterodoxy and orthodoxy and mainstream and (iii) the final considerations. In this, it is concluded that the newspaper failed to include all aspects of economic theory, which seems to be an extension of the history of dominant economic thought itself.

KEY-WORDS: Institutionalism. Neoclassicism. Heterodoxy. Orthodoxy. Mainstream.

Classificação JEL: B41

Recebido em: 30-07-2024. Aceito em: 02-08-2024.

1 INTRODUÇÃO

O Institucionalismo é a escola de pensamento que explica os fenômenos econômicos com base nas instituições sociais e na Economia como uma ciência evolucionária, enquadrando-se no que é chamado pelos economistas de “heterodoxia”. Para entender a concepção de Economia Heterodoxa, é preciso primeiro que estejam claros os conceitos que representam seus antagonismos – a Economia Ortodoxa e o *mainstream*. David Dequech (2008, p. 281) caracteriza a economia *mainstream* sob um viés sociológico, compreendendo “aquela que é ensinada nas universidades e faculdades mais prestigiadas, que é publicada nos jornais mais prestigiados, recebe fundos das instituições de pesquisa mais importantes e ganha os prêmios mais prestigiados”. A ortodoxia, por outro lado, está dentro de uma categoria intelectual, referente à escola de pensamento e metodologia dominantes em um determinado período histórico e que, também, tende a ser a teoria que é englobada pelo *mainstream*. A heterodoxia é, então, constituída pelas escolas de pensamento que não predominam no debate acadêmico e nos canais de comunicação, diferindo intelectualmente das abordagens e métodos dominantes do estudo da Economia.

Nestes termos, Dequech (2008, p. 297) considera que “a ortodoxia atual é a economia neoclássica”, enquanto a heterodoxia abarca “todas as escolas de pensamento e abordagens que diferem” da mesma. A Escola Neoclássica se caracteriza pela ênfase na racionalidade, na maximização da utilidade, no equilíbrio econômico e na previsibilidade dos eventos. Nesse sentido, todas as escolas de pensamento que vão contra os preceitos mencionados acima estão propensas a se enquadrar na heterodoxia. A Escola

Institucionalista é um dos grandes exemplos, já que a forte oposição crítica ao neoclassicismo é justamente uma das raízes de sua teoria.

Este artigo faz uma revisão das publicações de Thorstein Veblen e Wesley Clair Mitchell, os principais representantes do institucionalismo, bem como dos demais autores que tratam da temática institucionalista, na revista *The Quarterly Journal Of Economics*, que surge nos Estados Unidos coincidentemente com o período de nascimento do pensamento institucional, com objetivo de identificar se as discussões iniciadas por Veblen e Mitchell se perpetuaram, se modificaram ou desapareceram dentro do período de 1886 a 2023. As publicações foram encontradas via mapeamento da revista e foi feita uma análise tanto do número de artigos quanto dos conteúdos presentes.

A revista em questão, editada no Departamento de Economia da Universidade de Harvard, é o jornal profissional de Economia mais antigo da língua inglesa, com sua primeira publicação datada de 1886. Apesar de, segundo a *Oxford University Press*, cobrir todos os aspectos da área econômica, busca-se verificar se de fato isso ocorre ao também dar espaço ao debate de teorias econômicas mais heterodoxas – como é o caso do Institucionalismo –, já que, conforme os princípios de Dequech (2008), uma revista econômica de tanto renome dificilmente se desvincularia do *mainstream*.

A relevância da pesquisa se deve ao fato de que o *The Quarterly Journal of Economics* é um espelho da evolução da sociedade acadêmica no campo da Economia e um reflexo do que os meios de comunicação estiveram interessados em publicar. Partindo das fortes críticas ao método neoclássico, presentes em Veblen, Mitchell e nos textos revisados, o estudo questiona o motivo pelo qual uma teoria considerada insuficiente para explicar os problemas econômicos permanece sendo a mais legitimada e utilizada, enquanto o institucionalismo fica à margem.

A escolha da revista se deve pela sua tradicionalidade dentro dos jornais de economia e seu longo período de publicação, que vai desde o nascimento do institucionalismo até os dias de hoje. Já a escolha da escola de pensamento institucionalista para representar a heterodoxia se justifica pois, tal como o Institucionalismo Originário parte da visão da Economia como evolucionária, modificada pelas instituições humanas, o próprio artigo é também um estudo da evolução do pensamento econômico que é movido pelas instituições acadêmicas de maior influência.

O artigo é dividido em 3 seções. A primeira explica como foi feito o mapeamento dos artigos da revista, cita os artigos escolhidos para análise e relaciona o número de publicações por ano com os momentos históricos do institucionalismo. A segunda narra os

artigos selecionados de Veblen, Mitchell e outros autores, respectivamente e discute o conteúdo presente nos artigos, elegendo os principais assuntos tratados; questiona por que as teorias heterodoxas ainda não superaram a economia neoclássica e busca uma resposta para a persistência das teorias heterodoxas à margem utilizando o conceito de *mainstream*. Por último, seguem-se as considerações finais.

2 OS ARTIGOS ENCONTRADOS NA *THE QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS* E OS MOMENTOS HISTÓRICOS DO INSTITUCIONALISMO

Todos os artigos presentes na revista *The Quarterly Journal of Economics*, de 1886 a 2023, foram mapeados via pesquisa direta nos volumes publicados da revista, exceto os que estão inclusos na seção *reviews*. De todos os artigos pesquisados, foram identificados os de autoria de Thorstein Veblen e Wesley Clair Mitchell e outros escritos por demais autores, que continham “Institucionalismo”, “Veblen” e variações (“institucional”, “institucionalista”, “vebleniano(a)”) no título.

Em todo o período mapeado da revista, Veblen publicou 12 vezes entre 1892 e 1908, e Mitchell publicou 8 vezes entre 1909 e 1929. Desses, os artigos escolhidos para revisão são os que se relacionam mais diretamente com as ideias institucionais dos autores. O quadro 1 apresenta os títulos das publicações.

Quadro 1 - Artigos de Thorstein Veblen e Wesley C. Mitchell na *The Quarterly Journal of Economics*

Título	Autor	Ano
Why is Economics Not an Evolutionary Science?	Thorstein Veblen	1898
The Preconceptions of Economic Science	Thorstein Veblen	1899
The Preconceptions of Economic Science	Thorstein Veblen	1899
The Preconceptions of Economic Science	Thorstein Veblen	1900
Professor Clark's Economic	Thorstein Veblen	1908
The British Board of Trade's Investigations into Cost of Living	Wesley C. Mitchell	1909

The Dun-Gibson Index Number	Wesley C. Mitchell	1910
The British Report Upon Real Wages in America and England	Wesley C. Mitchell	1911
Human Behavior and Economics: A Survey of Recent Literature	Wesley C. Mitchell	1914
Sombart's Hochkapitalismuns	Wesley C. Mitchell	1929

Fonte: elaborado pelos autores

Os artigos que mencionam o institucionalismo ou a teoria vebleniana publicados por outros autores na revista vão de 1913 a 1985. Além deles, “The Future of the Economic Theory” (1898) foi revisado por se tratar de um artigo citado em “The Preconceptions of the Economic Science”, considerado por Veblen (1899) como correlacionado com sua própria discussão. O quadro 2 apresenta os títulos das publicações.

Quadro 2 - Artigos de outros autores na *The Quarterly Journal of Economics*

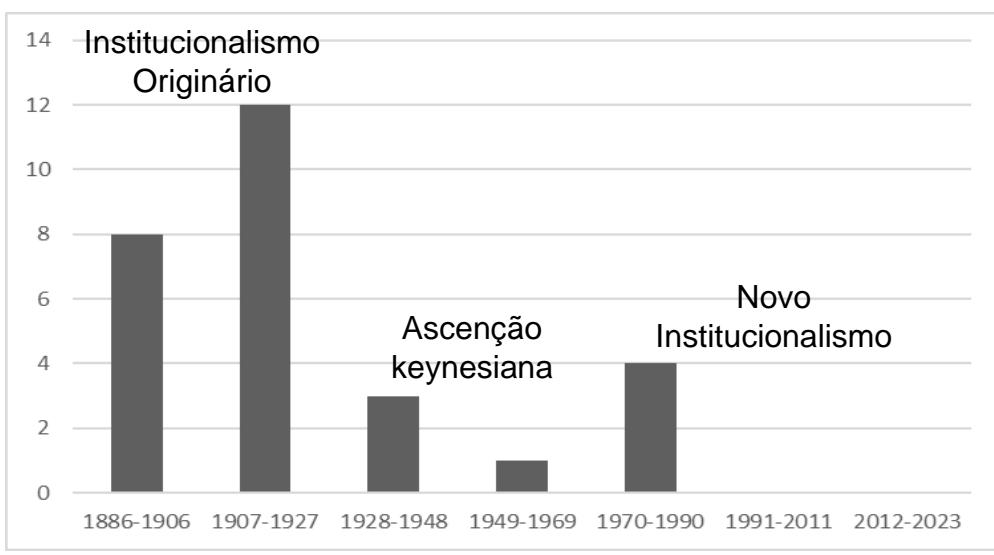
Título	Autor	Ano
The Future of the Economic Theory	John B. Clark	1898
Some Positive Contributions of the Institutional Concept	Lionel D. Edie	1927
The Unity of Veblen's Theoretical System	Karl L. Anderson	1933
Bandwagon, Snob, and Veblen Effects in the Theory of Consumers' Demand	H. Leibenstein	1950
Social Institutions, Imperfect Information, and the Distribution of Income	David Starrett	1976
Institutional Structure and Program Choices in Television Markets	Jack H. Beebe	1977
Social Institutions, Imperfect Information, and the Distribution of Income: A Comment	William H. Lazonick	1978
A History of Mechanization in the Cotton South: The Institutional Hypothesis	Warren C. Whatley	1985

Fonte: elaborado pelos autores

Para melhor visualizar os períodos de ascensão ou declínio das publicações que são de autoria de Veblen e Mitchell ou que mencionam o institucionalismo, a figura 1 abaixo apresenta os 28 artigos encontrados. Eles são analisados em termos de sua distribuição

no período analisado da revista e dos momentos históricos do pensamento institucional, indicando uma tendência de queda ao longo do tempo.

Figura 1 - Número de artigos relacionados ao institucionalismo por período na *The Quarterly Journal of Economics* a cada dez anos



Fonte: Elaborada pelos autores

De 1886 a 1906 foram encontrados 8 artigos; de 1907 a 1927 foram 12; de 1928 a 1948 foram 3; de 1949 a 1969 foi 1, de 1970 a 1990 foram quatro e nos períodos de 1991 a 2011 e 2012 a 2023 não foram encontrados artigos sobre o institucionalismo.

Quanto aos anos mais iniciais da revista, que apresentam maior número de publicações, observa-se que eles coincidem com o período de maior vigor do trabalho dos dois grandes nomes da escola de pensamento institucional, Veblen e Mitchell, o que pode justificar a concentração das produções.

Além disso, o nível de publicações de um autor nas revistas depende da aceitabilidade que o próprio autor possui nesse meio. Dequech traz uma reflexão neste sentido – “O prestígio que Keynes acumulou antes de publicar *A Teoria Geral* (1936) com certeza ajudou na aceitação de algumas de suas novas ideias” (DEQUECH, 2008, p. 284); assim, a popularidade que o institucionalismo teve quando surgiu, com a *Teoria da Classe ociosa* (1899) sendo considerada um *best seller*, concedeu a Veblen, e posteriormente a Mitchell, espaço para sua escrita em canais conceituados, tal como o *The Quarterly Journal of Economics*.

Essa popularidade do institucionalismo – uma fase em que ele competiu fortemente com a escola neoclássica – vai de 1890 a 1940, com seu declínio estando associado à supremacia do Keynesianismo ou da síntese clássica no pós-guerra (COSTA, 2010). De fato, a década de 40 mostra uma queda considerável na publicação dos artigos institucionalistas que voltam a aumentar somente na década de 1970. Coincidemente, é neste período que, com o enfraquecimento do Keynesianismo e as insatisfações com a teoria neoclássica para fornecer respostas às questões econômicas nascentes, há o ressurgimento de um institucionalismo remodelado, o chamado Novo Institucionalismo (COSTA, 2010).

O Novo Institucionalismo se baseia em uma tentativa de superar algumas falhas do neoclassicismo sem, no entanto, desvincilar-se das bases da teoria dominante, o que será melhor discutido posteriormente. Douglas North, um dos principais nomes da Nova Economia Institucional, “têm contribuído”, segundo Dequech (2008, p. 290), “para trazer a história econômica mais perto dos padrões aceitos pela economia *mainstream*”.

Tal reformulação do institucionalismo originário para se adequar à ortodoxia mostra seu gradual rebaixamento a um tipo de teoria à parte. Isso reflete o último período analisado da revista: após a década de 1980, desaparecem completamente artigos intitulados institucionalistas, ou que utilizam a teoria institucional como base intelectual única ou predominante. Também é o momento em que se firma a atual base metodológica econômica, bem diferente da institucional e que é característica marcante do *mainstream* dos últimos 50 anos, sendo definida por: (1) insistência em modelos matemáticos; (2) individualismo metodológico e (3) negação da instabilidade econômica (LAWSON, 2006).

Apesar disso, a década de 1970 é um momento em que não só surgem muitas revistas de economia, mas há o aparecimento de correntes diversas como a teoria dos jogos, economia comportamental, econometria, teorias de desenvolvimento econômico, revisões críticas das teorias tradicionais, etc. Ou seja, mesmo o campo econômico se tornando um pouco mais plural na esfera das discussões, o que é justificável pelos avanços tecnológicos e pela globalização que modificaram o cenário econômico, como a crise mundial dos anos 70, a ciência ainda permanece predominantemente matematizada. Isso indica uma realidade sobre o *mainstream* hoje que não está no conteúdo, mas na metodologia matemática, formal e axiomática – evidentemente, resquício do método neoclássico, que, apesar de não ser o único em meio às novas teorias emergentes, é ainda o predominante: “quanto mais complexa a economia se tornou, menor permaneceu o terreno real da teoria neoclássica, embora a imagem geral da economia, especialmente

quando se olha de fora para o campo, ainda seja a ortodoxia neoclássica" (BOGENHOLD, 2010, p. 1569).

3 ANÁLISE DOS ARTIGOS NA THE QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS, A DISCUSSÃO INSTITUCIONAL FRENTE À ECONOMIA NEOCLÁSSICA E O EMBATE HETERODOXIA X ORTODOXIA E MAINSTREAM

1. 3.1 As publicações de Thorstein Veblen

No artigo *Why is Economics Not an Evolutionary Science?* (1898) está o foco do pensamento de Veblen sobre uma das maiores críticas presentes em toda sua obra: a defasagem metodológica da Ciência Econômica. Veblen (1898) ressalta o atraso da Economia em relação às outras ciências humanas, como a antropologia e a psicologia, em função de uma confusão no método ortodoxo que, ao invés de se basear nas abordagens das ciências sociais e humanas, utiliza do método das ciências exatas, de abordagens estáticas e mecanicistas.

Esse erro fundamental, de não levar em conta o aspecto primordial da Economia que é o elemento humano, pressupõe que ela se torne uma ciência a-histórica que, portanto, não considera o tempo, os contextos e as mudanças. Ao ir contra toda essa concepção ortodoxa, Veblen (1898) expõe que a Economia é uma ciência necessariamente evolucionária; os processos econômicos são guiados por relações causais, por mudanças cumulativas, por fatos históricos e por instituições sociais que se inter-relacionam e se influenciam. Ou seja, não haveria fatos independentes, nem haveria como comparar situações estáticas, nem considerar os acontecimentos econômicos como casos isolados.

Em meio a este debate, emerge também a preocupação de Veblen (1898) com a natureza das ações humanas e de uma psicologia humana que é pautada no desenvolvimento complexo das instituições sociais ante o indivíduo, o que vai de encontro ao método do cálculo racional de utilidade que, até então, tinha sido utilizado pelos marginalistas para explicar as escolhas humanas.

The Preconceptions of Economic Science é um texto publicado em três partes, sendo duas em 1899 e uma em 1900. Nele, Veblen (1899) destaca que todas as teorias econômicas estão subjugadas ao seu contexto filosófico próprio e a um certo "senso

comum” científico presente no pensamento de cada época em que os economistas se encontram, sendo assim manifestados os seus “preconceitos”. É de suma importância para o autor o efeito que os hábitos de pensamento têm dentro do estudo da ciência, fato que condiciona as teorias econômicas como um produto de seu próprio tempo, impossibilitando-as de serem imparciais, absolutas e, principalmente, imutáveis. O objetivo do estudo é, segundo Veblen (1899), apresentar as fases sucessivas do pensamento filosófico e de como se deu a transição da metodologia científica no campo da Economia.

Para fazer isso, parte desde a época dos fisiocratas até os economistas de seu tempo, explicitando como a teoria epistemológica dominante, e as inovações técnicas e a transição no modo de produção, configura as mudanças no pensamento econômico. Veblen (1899, p. 148) sustenta: “é ainda mais palpável que, nesta área geral, as ciências, no passado recente, mostram uma semelhança familiar com as instituições civis e sociais das comunidades em que foram cultivadas”. O pensamento fisiocrata é subjugado à metafísica do século XVIII de David Hume e a uma realidade econômica majoritariamente agrária, enquanto o pensamento clássico de Adam Smith deriva de uma comunidade marcada pela ascensão da manufatura e do comércio. Entretanto, “depois da época de Adam Smith, a economia caiu em mãos profanas” (VEBLEN, 1899, p. 411), de modo que a teorização vebleniana a partir dos neoclássicos se torna mais crítica, indo desde as bases teóricas até a realidade econômica que estão inseridos.

O arcabouço teórico da fase de pensamento neoclássico não foi desenvolvido numa base econômica, mas foi “emprestado” das ciências físicas que ganhavam cada vez mais espaço no meio científico: a palavra estática, Veblen sustenta, “é emprestada do jargão da física, onde é usada para designar a teoria dos corpos em repouso ou das forças em equilíbrio. Mas há muita coisa nas teorias econômicas aceitas às quais a analogia dos corpos em repouso ou das forças em equilíbrio não se aplicam” (VEBLEN, 1899, p. 122). Apesar dessa inaplicabilidade de conceitos das ciências exatas em uma ciência social como a Economia, esse comportamento de recorrer às leis da física para orientar seu método foi largamente utilizado como um meio de legitimar as teorias ortodoxas, em um tempo em que as descobertas físicas eram aclamadas. Como “leis econômicas”, essas teorias se tornaram “verdades” hipotéticas que são extremamente limitadas para explicar os acontecimentos do mundo real.

Veblen (1899) define o utilitarismo como o preconceito marcante da escola neoclássica. O utilitarismo busca medir o valor das coisas via utilidade atribuída pelo indivíduo através da filosofia hedonista de que as ações humanas na economia são meras

tendências a buscar o prazer e evitar a dor. Tal explicação da base psicológica do homem neoclássico é vista pelo autor como absurdamente simplista, por desconsiderar aspectos amplos da atitude humana determinados socialmente.

Além dos âmbitos científicos e filosóficos, a realidade econômica dos neoclássicos é o fenômeno da indústria e o poder do mercado em que o modo de pensar da empresa acaba se transferindo para o modo de pensar do homem – o *homo economicus*. Apoiado no hedonismo, surge como um agente tomador de decisões individuais que consideram prazer e dor; essas decisões, de acordo com a lógica empresarial, são sempre racionais e, através da aproximação econômica com as ciências físicas, tais decisões são fundamentadas por “leis econômicas” regidas por “forças maiores”. Esse é o conjunto para, primeiramente, uma desumanização do homem e, depois, a retirada do aspecto humano dos fenômenos econômicos –: “a natureza humana sendo eliminada, como sendo um termo intermediário constante, e todas as características institucionais da situação sendo também eliminadas” (VEBLEN, 1899, p. 423).

Veblen (1900, p. 254) evidencia que “as generalizações que constituem tal sistema de conhecimento são, desta forma, formuladas em termos do próprio sistema”. Paralelamente, o pensamento neoclássico é um produto do período de ascensão do capital tal como o capitalismo se apoia na concepção de mundo neoclássica, de modo que a dominância dessa escola de pensamento dentro da ortodoxia se deve a sua aplicabilidade dentro de um modo de produção também dominante, no sentido de justificá-lo.

3.2 As publicações de Wesley Clair Mitchell

A contribuição de Mitchell para o institucionalismo é a sua pesquisa no campo da estatística. O teórico acreditava na necessidade de trazer maior realidade para a discussão econômica, através da pesquisa empírica da ciência de dados e da investigação de problemas econômicos reais e socialmente relevantes. Para isso, publicou *The British Board of Trade's Investigations Into Cost of Living* (1909), uma pesquisa sobre o custo de vida das classes trabalhadoras, os aluguéis, os preços de habitação e varejo, juntamente com as taxas padrão de salários em certas ocupações nas principais cidades do Reino Unido e da Alemanha; *The Dun-Gibson Index Number* (1910) que é uma revisão crítica à um índice usado para medir o crescimento dos preços e *The British Report Upon Real Wages in America and England* (1911), que apresenta um índice de salários, aluguéis,

preços de alimentos e o nível relativo aproximado dos salários reais nas cidades americanas

Dentre os trabalhos elencados, percebe-se a preocupação do autor para as causas dos trabalhadores e dos consumidores, utilizando-se de um método de pesquisa diferente da teorização abstrata dos teóricos neoclássicos, por utilizar de problemas econômicos reais, dados reais quantificados, tempo e espaço delimitados. Tais instrumentos facilitam a análise, a comparação e, principalmente, a formulação de soluções para os problemas socioeconômicos de sua época.

Em *Human Behavior and Economics: A Survey of Recent Literature* (1914), tal qual os dois artigos veblenianos discutidos acima, Mitchell afirma que os neoclássicos têm uma ideia muito vaga do comportamento humano baseada no hedonismo. Segundo Mitchell (1914, p. 1-2), “visto que o hedonismo é defeituoso, devemos admitir que tanto a análise clássica como a marginal são inválidas”. Além disso, considera que a ciência econômica como um todo tem sido indiferente à análise aprofundada da psicologia das ações humanas. A Economia deveria andar na direção de se tornar uma ciência do comportamento humano e, principalmente, da evolução do comportamento humano. O institucionalismo desse pensamento se mostra ainda mais forte quando ele enxerga a natureza humana como produto social, em que as ações são decorrentes da adaptação dos instintos inatos ao convívio em sociedade, que se cristalizam em hábitos e derivam necessariamente da experiência.

Mitchell (1914) recorre à explicação de Veblen do comportamento humano de que os instintos são herdados, mas a forma como se manifestam depende das limitações sociais, que os moldam e transformam certas formas de manifestar os instintos em hábitos. É importante ressaltar que essas mudanças no comportamento humano são cumulativas e passadas de geração para geração, transformando-se nos costumes e convenções – ou seja, manifestam-se socialmente.

Mitchell (1914, p. 47) define, portanto, que o estudo de como o homem age é que deveria ser a base das ciências sociais, principalmente no campo da Economia. “Ao abraçar esta oportunidade” – utilizar a explicação institucional – “a economia assumirá um novo caráter. Deixará de ser um sistema de lógica pecuniária, um estudo mecânico de equilíbrios estáticos sob condições inexistentes, e se tornará uma ciência do comportamento humano”. Esse foco do autor é uma das principais discussões de Veblen e dos demais institucionalistas, na tentativa de utilizar de um novo olhar microeconômico para o consumidor, mais realista, enxergando-o como um ser humano com complexidades.

No trabalho *Sombart's Hochkapitalismus*¹ (1929), Mitchell realiza uma revisão crítica do livro *O Alto Capitalismo* do sociólogo e economista Werner Sombart² (1863-1941). Em sua conclusão, é importante notar que Mitchell (1929) atribui a importância da obra a dois fatores principais: (i) o fato de que ela contribui para a explicação do comportamento econômico; e (ii) que, diferentemente da visão dos economistas tradicionais, Sombart está preocupado em diferenciar o capitalismo de outras formas de organização econômica. Essa é uma questão comumente levantada pelos institucionalistas no que se refere à crítica às teorias econômicas que ignoram os impactos dos diferentes modos de produção ao longo da história no comportamento econômico dos homens.

Ademais, Mitchell (1929) caracteriza o trabalho de Sombart como uma discussão da evolução econômica que colabora com a pesquisa sobre as instituições, correlacionando-o com os trabalhos de Veblen, e adiciona à teoria de Sombart que o desenvolvimento do capitalismo é fruto de mudanças cumulativas. Ele retoma a discussão institucionalista sobre as lacunas da teoria econômica que é a-histórica, concluindo o artigo com a seguinte passagem:

Certamente *O Alto Capitalismo* dará um impulso direto na pesquisa da evolução das instituições. Talvez preste um serviço mais amplo, ajudando-nos todos a ver o quanto um historiador econômico precisa de ser um teórico, e quão limitada é a compreensão teórica de um economista que negligencia a história (MITCHELL, 1929, p. 323).

3.3 As publicações de outros autores

The Future of the Economic Theory, publicado em 1898 por John Bates Clark³ (1847-1938) foi citado por Veblen em *The Preconceptions of the Economic Science* (1899), pelo fato de o artigo apresentar uma visão similar e “admiravelmente lúcida”. O artigo em

¹ *O Alto Capitalismo* de Sombart.

² Werner Sombart foi um sociólogo e economista alemão vinculado à Escola historicista alemã. Ele está entre os mais importantes autores europeus do primeiro quarto do século XX, no campo das Ciências Sociais.

³ Um dos pioneiros da revolução marginalista, John Bates Clark desenvolveu o conceito de produtividade marginal e o “esgotamento do produto”. Foi um dos primeiros marginalistas americanos, e se opôs à escola institucionalista, se convertendo assim em objeto predileto dos ataques de Veblen.

questão se mostra otimista quanto à necessidade de aplicar duas principais reformulações na teoria econômica ortodoxa.

A primeira delas é a necessidade de substituir as leis econômicas naturais por leis econômicas sociais. Clark (1898) explica que, na interação primitiva do ser humano com a natureza, as leis que regem o comportamento do consumo são dadas por leis naturais facilmente determináveis, que levam em consideração questões simples de satisfação. Já no período de desenvolvimento das comunidades humanas, quando as relações econômicas passam a ser de interação do homem com o homem, através das trocas e da divisão do trabalho, o comportamento passa a ser regido por leis sociais. As trocas envolvem a determinação de valores e estes, como foi visto, fixam os termos da distribuição do grupo.

A segunda reestruturação proposta pelo autor diz respeito à substituição da teoria estática pela teoria dinâmica. Isso determina que a teoria estática da Economia só se aplica de maneira teórica e não abrange os fenômenos em termos reais. Ela só seria viável se “não estivesse a ocorrer nenhuma daquelas grandes perturbações” (CLARK, 1898, p. 9), como as mudanças nos modos de produção, as variações nos padrões de consumo e os aumentos populacionais, ou seja, tudo o que diz respeito ao efeito do tempo. Em síntese, “um estado estático é imaginário. Todas as sociedades atuais são dinâmicas” (CLARK, 1898, p. 9).

Clark (1898) clama por uma Economia com base em uma ciência denominada por ele como *Dinâmica Social Econômica*. O caráter institucional dessa nova abordagem está na visão anti-utilitarista e anti-individualista dos valores, de modo que ele entende que os bens não possuem valor intrínseco, mas sua determinação depende de como se dão as interações sociais. Além disso, sua visão sobre a dinâmica é uma tentativa de quebrar com a percepção a-histórica dos fatos econômicos, bem como busca abranger aqueles fenômenos dados pelos neoclássicos como exógenos, mas que para os institucionalistas são parte do funcionamento normal da economia, sendo ela naturalmente instável e imprevisível.

Some Positive Contributions of the Institutional Concept, publicado em 1927 por Lionel D. Edie⁴ (1893-1962), discute a natureza humana e o comportamento econômico, o método das Ciências Econômicas, a teoria do valor e a teoria do comportamento do

⁴ Lionel D. Edie, foi professor de finanças da Universidade de Chicago e autor de “Dollars”, uma obra sobre a política monetária dos Estados Unidos. Ele atuou também no corpo docente da Universidade de Indiana de 1923 a 1927 como pioneiro na área de economia empresarial.

consumidor do ponto de vista institucional. O autor retoma o artigo “Comportamento humano e Economia” de Mitchell (1914) e ressalta que a modificação das ações humanas ocorre via modificação das instituições, por motivações que são externas ao indivíduo, através de uma espécie de “seleção artificial”, em que o comportamento do grupo determina o individual.

Edie questiona “até que ponto a teoria econômica se remodelou sob o impacto do espírito e do método das ciências relacionadas?” (1927, p. 405), sugerindo métodos de conhecimento que poderiam ser usados para substituir os modelos abstratos na Economia, como o método descritivo, o método estatístico e o método histórico e evolutivo. Ao propor um “alargamento” na Teoria do Valor, ele assume que a teoria neoclássica é limitada a um estudo das escolhas no mercado e à teoria da utilidade marginal. Para o autor, uma *Teoria Social do Valor* deveria demonstrar que o valor não deriva de algo absoluto e universal, mas é relativo às instituições existentes – as condições produtivas, os desejos humanos moldados pelos costumes e, mais ainda, o motivo pelo qual existem desigualdades tão marcadas entre as rendas das diferentes classes sociais, que determinam diferentes capacidades de atender às necessidades e interpretar os valores. Afirmando que “a liberdade de escolha não é absoluta, mas é puramente relativa aos padrões institucionais de uma determinada época” (EDIE, 1927, p. 432), demonstra que a escolha do consumidor não é livre nem racional, mas social.

Em suas últimas conclusões, o autor se demonstra esperançoso quanto a uma maior utilização da abordagem institucional dentro das Ciências Econômicas, ao retomar o posicionamento de Michell, que “foi profundamente influenciado pelas doutrinas pecuniárias de Veblen” e que “visualiza a economia como um estudo das relações entre ‘as atividades de obter e usar bens, de ganhar e gastar dinheiro... e os interesses do bem-estar social’” (EDIE, 1927, p. 419).

The Unity of Veblen's Theoretical System, publicado por Karl L. Anderson em 1933, aborda os pontos mais abrangentes da obra de Thorstein Veblen. O artigo comenta (i) a crítica vebleniana à ortodoxia; (ii) a abordagem psicológica institucional e a relação desta com a evolução das instituições; e (iii) a teorização de Veblen, presente principalmente na *Teoria da Classe Ociosa*, acerca da história humana e da história das instituições, desde a pré-história aos tempos modernos, com ênfase na imposição da propriedade privada como divisor de águas do modo de vida e da produção das sociedades.

A questão principal do artigo é, no entanto, expor a “controvérsia” entre as escolas de pensamento neoclássica e institucional. Considera-se aqui que, dado o contexto dos

anos 1930, ainda havia disputa por hegemonia entre as teorias neoclássicas e institucionais. Segundo Anderson (1933), Veblen “tem sido rotulado de várias maneiras como um satírico da sociedade atual, um filósofo da história, um censor da máquina econômica e um crítico severo da teoria ortodoxa” (ANDERSON, 1933, p. 622). Apesar de o autor reconhecer-lo como um criador de um novo sistema de teoria, ele se mostra crítico a vários pontos da teoria vebleniana.

Até agora, os artigos publicados após os trabalhos de Veblen e Mitchell que tratam do tema institucional, percebe-se a recorrência e detalhamento dos assuntos anteriormente postulados por Veblen e que são centrais no pensamento institucional. São eles: (i) Crítica ao pensamento ortodoxo e neoclássico; (ii) discussão do comportamento humano e enfoque na psicologia; (iii) valorização do social em detrimento do individual; (iv) percepção da Economia como uma ciência evolucionária; e (v) utilização do método histórico-indutivo em detrimento do método hipotético-dedutivo.

Esses primeiros artigos estão mais próximos cronologicamente e idealmente do Institucionalismo Originário. Eles apresentam não só um caráter de esperança de que o método institucionalista passe a ser utilizado na Economia, mas também os motivos pelos quais a corrente é viável para substituir a teoria ortodoxa.

O quarto artigo da revista que, após Veblen e Mitchell, menciona a teoria vebleniana, curiosamente, é uma hipótese sobre teoria da demanda neoclássica, publicado por Harvey Leibenstein⁵ (1922-1994) em 1950 e intitulado *Bandwagon, Snob, and Veblen Effects in the Theory of Consumers' Demand*. Trata-se de uma tentativa de “reformular alguns aspectos da teoria estática da demanda do consumidor” (LEIBENSTEIN, 1950, p. 184) ao incorporar outros efeitos que determinam a compra, sendo eles o comportamento de massa dos indivíduos, o desejo de exclusividade e o consumo conspícuo de Veblen. Tais efeitos dizem respeito à consideração do fator psicológico nas escolhas individuais, até então desconsiderados na teoria neoclássica. Além disso, o autor reconhece que a teoria da demanda neoclássica falha ao considerar o consumo como apenas individual e independente do consumo dos outros agentes. No entanto, além do fato de que as conclusões são todas pautadas na formulação de diferentes gráficos de curva de demanda, Leibenstein (1950) está longe de realmente incorporar o pensamento vebleniano.

⁵ Harvey Leibenstein foi um microeconomista americano, teórico da organização industrial e economista do desenvolvimento em Harvard. Uma de suas contribuições mais importantes para a economia foi o conceito de ineficiência X e a tese crítica do esforço mínimo na economia do desenvolvimento. Ele é hoje frequentemente aclamado como um pioneiro da economia comportamental.

O problema está justamente no fato de que o autor separa a demanda entre funcional, aquela que depende das “qualidades inerentes à mercadoria”, e não funcional, que leva em conta os “efeitos externos”, a exemplo do consumo conspícuo. Está claro que os institucionalistas repudiaram o uso do termo externalidade para tratar aspectos que, para eles, são normais e característicos do consumo (como é o caso das motivações sociais), além de evidenciar a impossibilidade de que o consumo não leve em consideração o consumo dos outros, já que o comportamento do consumidor é coletivo.

O artigo *Social Institutions, Imperfect Information, and the Distribution of Income*, publicado por David A. Starrett⁶ em 1976 também é de um autor que se denomina neoclássico, tendo como propósito discutir a distribuição de renda ao mesclar ideias de autores neoclássicos com aqueles que Starrett denomina de “radicais” – os que colocam a distribuição de renda como uma questão institucional. Em uma tentativa de sintetizar as duas teorias, Starrett (1976, p. 282) afirma que a teoria neoclássica “nos diz muito pouco sobre a distribuição de renda”, mas que a mesma precisa apenas de algumas pequenas mudanças para se tornar uma teoria bem estruturada.

Apesar de tratar de um tema não previsto nas teorias neoclássicas de produtividade marginal, que tem como uma de suas conclusões ser a herança fonte de perpetuação das desigualdades sociais ao longo do tempo (assunto que é debatido por Veblen em *Teoria da Classe Ociosa*), a análise é feita a partir de modelos de equilíbrio parcial. Essa mesclagem aparentemente injustificável de teorias aponta uma necessidade para os neoclássicos quando tratam de assuntos mais complexos, ao que os impulsiona a incorporar elementos de teorias heterodoxas. Já em um posterior comentário ao próprio artigo, publicado na revista, Starrett (1978, p. 186) argumenta: “Não creio que seja necessário haver uma ‘profunda lacuna intelectual, metodológica e política entre as duas abordagens’”. Entretanto, parece ser uma afirmação precipitada, visto que a dificuldade de diálogo entre os ortodoxos e heterodoxos, como será explicitado mais adiante, é essencialmente metodológica.

Um comentário ao artigo acima chegou a ser escrito em 1978 por William H. Lazonick⁷ (1945), com visões marxistas. Considerando as aproximações da teoria marxista

⁶ David Starrett foi professor de economia na Universidade de Stanford. Ele publicou em áreas como teoria do capital, teoria da distribuição e economia pública.

⁷ William Lazonick é presidente da *Academic-Industry Research Network* e professor emérito de economia na Universidade de Massachusetts Lowell. Seu trabalho procura compreender como uma economia nacional pode alcançar um crescimento econômico estável e equitativo, além de estabelecer uma crítica fundamental da teoria neoclássica da economia de mercado.

e da teoria institucional do ponto de vista metodológico – o método histórico –, a crítica se concentra nas mesmas falhas que os institucionalistas apontariam. Ele questiona o ponto de vista de Starrett (1976) de que as desigualdades na distribuição de renda são imperfeições do sistema educacional. Ao contrário, para Lazonick (1978), o próprio sistema educacional está configurado para servir a uma estrutura em que a desigualdade está legitimada – o que os institucionalistas colocariam como institucionalização das desigualdades vinculado ao modo de produção. Lazonick (1978)

ainda aponta que a função da educação é transmitir e reforçar comportamentos, tal qual os institucionalistas afirmam sobre a força das instituições sobre os modos de agir das gerações. Ao questionar a utilidade dos modelos neoclássicos apresentados, que não possuem evidência empírica e que são “a-históricos” para explicar a realidade, Lazonick (1978, p.183) conclui que “tais diferenças na abordagem intelectual e metodológica tornam impossível uma síntese das teorias neoclássicas e radicais”.

Institutional Structure and Program Choices in Television Markets, publicado por John Howard Beebe⁸ (1942-2014) em 1977, é mais um exemplo do uso da metodologia neoclássica para estudar um problema institucional. O trabalho busca responder se é preferível, em termos de eficiência, a existência de monopólio ou de competitividade entre os canais no mercado televisivo. Apesar de abordar a questão dos meios de comunicação institucionalizados e o problema da massificação do que é apresentado pela televisão, além de contrariar o consenso neoclássico ao concluir que o monopólio seria uma melhor opção, o artigo ainda se restringe ao uso de argumentos da escola neoclássica. Sendo eles, discussões acerca do excedente do consumidor, análise das preferências entre os canais pelos telespectadores e conclusões que não vão muito além do que seria melhor para “maximizar o bem-estar”.

Diferentemente dos primeiros artigos, que demonstram ser mais essencialmente institucionalistas, inseridos no período do institucionalismo originário, estes últimos (correspondentes ao período do Novo Institucionalismo, mas não necessariamente enquadrados nessa corrente) apresentam um caráter neoclássico, apesar de mesclarem elementos do pensamento institucional. Aqui, percebe-se que alguns autores neoclássicos, que tentaram tratar de temas econômicos mais aprofundados em seu sentido social ou que

⁸ John Howard Beebe lecionou Economia na Universidade de Stanford e foi Diretor de Pesquisa na filial de São Francisco do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos.

percebem as lacunas existentes na própria teoria, passam a recorrer às teses institucionalistas para explicar o que suas próprias teorias não explicam.

O problema desse caso é que a maioria das hipóteses institucionalistas acabam sendo vistas como exceções dentro da teoria microeconômica original, tal como “bens de Veblen” é meramente uma exceção da lei da demanda. Isso coloca o pensamento institucionalista na marginalidade do *mainstream*. Além disso, o institucionalismo passa a aparecer mascarado dentro de um neoclassicismo mais crítico, não sendo utilizado isoladamente para explicar fenômenos econômicos, o que dificulta um debate independente e seu fortalecimento na teoria econômica.

O último artigo, *A History of Mechanization in the Cotton South: The Institutional Hypothesis*, publicado por Warren C. Whatley⁹ (1951) em 1985, compreende uma discussão sobre as origens da falta de desenvolvimento tecnológico na região Sul dos Estados Unidos, produtora de algodão. Para o autor, a melhor explicação é dada pela hipótese institucional porque “endogeniza fatores previamente pensados como exógenos” e porque “promove uma explicação plausível para o momento histórico” (WHATLEY, 1985, p. 1213). Essa visão permite constatar que o fato de o desenvolvimento econômico via mecanização não ter sido incorporado na região ocorreu por questões institucionais. Mais precisamente, por conta de uma estrutura trabalhista consolidada na mão de obra humana. Percebe-se aí o conceito vebleniano de que as instituições podem reproduzir fatos sociais já obsoletos pois elas mudam mais lentamente que as inovações tecnológicas.

Finalizados os artigos, é importante retomar, sobre aqueles mais antigos, a insistência dada nos motivos que fazem o institucionalismo ser uma alternativa à ortodoxia. Dentre eles, o primeiro seria porque o Institucionalismo está de acordo com as abordagens das demais ciências do comportamento humano, principalmente a psicologia e a antropologia. Segundo, porque a economia já é amplamente considerada uma ciência social e, portanto, precisa ser estudada segundo os métodos das ciências sociais. Terceiro, porque os fenômenos econômicos só podem ser entendidos por completo sobre um olhar dinâmico e evolutivo. Mas, se a base psicológica hedonista dos neoclássicos foi refutada, se já foi bem esclarecido que Economia não pertence à área das ciências exatas e se os

⁹ Warren C. Whatley é um economista americano professor de economia e de estudos afro-americanos e africanos na Universidade de Michigan e ex-presidente da Associação Econômica Nacional. Em 1983, a Economic History Association concedeu-lhe o Prêmio Allan Nevins para a melhor dissertação em história econômica dos EUA ou do Canadá no ano anterior.

modelos estáticos já foram considerados insuficientes, então por que se continua utilizando de uma teoria obsoleta para explicar os eventos econômicos?

Uma resposta pode estar no mais essencial erro da teoria neoclássica, que é a falha metodológica de tomar emprestado conceitos das leis da física, numa tentativa de dar maior respaldo às próprias teorias, ao criar “leis econômicas” e descrever os fenômenos como estáticos (VEBLEN, 1899). Isso pode ter dado origem a um dilema que inibe o espaço para reestruturações ou modificações na teoria econômica, do mesmo modo que, nas ciências exatas, os princípios físicos e matemáticos aceitos são em geral muito menos propensos ao questionamento e as teses são fundamentadas na lógica da não contradição, pelo próprio método em que essa ciência se constrói.

Essa essência metodológica da teoria neoclássica implica no fato de ela ser considerada mais fundamentada que as teorias que utilizam de outras bases científicas. Dessa constatação, deriva todo o histórico apagamento da heterodoxia, sua ausência nos manuais econômicos, no estudo acadêmico, nos veículos de comunicação de prestígio e, principalmente, a descredibilização das explicações econômicas que tem base no método histórico indutivo (WALLER; JENNINGS, 1990). Mas, se é entendido que a teoria neoclássica é inadequada para resolver as questões econômicas, então por que não é mais fácil descartá-la ao invés de descartar as demais teorias econômicas?

A explicação para o problema anterior é também institucional. A teoria neoclássica é a representante atual da ortodoxia e a ortodoxia é a teoria enraizada no meio acadêmico, que está nos manuais de Economia, no currículo de formação dos estudantes e que é repassada de geração em geração aos novos economistas (BOGENHOLD, 2010). Tendo isso em vista, Veblen (1912) argumenta na *Teoria da Classe Ociosa* que as instituições fortes não são facilmente modificadas. Mesmo que o conhecimento econômico se amplie e desmistifique as velhas ideias, é difícil derrubar o pensamento econômico ortodoxo pois ele está institucionalizado pelo próprio sistema econômico que deu base a ele. Essa ideia dá origem a uma última justificativa para a supremacia ortodoxa: já que “a teoria econômica evolui em contextos específicos da vida social e da organização social” (BOGENHOLD, 2010, p. 1577), a realidade econômica e a teoria ortodoxa se retroalimentam, elas precisam uma da outra para se sustentarem.

A afirmação anterior parece contraditória no sentido de que a crítica à teoria neoclássica é justamente a de que ela diverge do mundo econômico real. Mas o ponto aqui é que o ensino desse tipo de economia é funcional ao sistema econômico global capitalista no sentido de justificá-lo (GHOSH, C.; GHOSH, A., 2019) sem abordar suas inúmeras

falhas. Para tornar mais claro, um sistema concreto de competitividade pecuniária precisa de uma teoria econômica em que a “maximização de lucros” seja o objetivo único; um sistema concreto pós-industrial precisa de uma teoria econômica em que os seres humanos sejam entendidos como máquinas calculistas e um sistema concreto de manutenção de desigualdades precisa de uma teoria econômica que sustente que o “equilíbrio” será alcançado sem interferência para distribuição dos recursos. Em suma, um sistema com problemas econômicos reais não interessado em resolvê-los depende de uma teoria econômica que não os mencione, uma teoria que, cientificamente, também seja “exata”, “absoluta” e inquestionável.

Paralelamente, apesar de o *Quarterly Journal of Economics* ter como proposta “englobar todas as áreas” da Economia, é o primeiro e mais tradicional jornal econômico dos Estados Unidos, associado à Universidade de Harvard. Tais características fazem dele uma clara representação do *mainstream*. Sua popularidade não existiria se não tivesse foco nas teorias tradicionais, justamente porque, e como já foi anteriormente discutido, o conteúdo que recebe mais credibilidade acadêmica pelos economistas e que é mais divulgado geralmente tem base na teoria ortodoxa. Isso mostra que mesmo fora das universidades de prestígio que tradicionalmente mantêm o ensino da ortodoxia como base, também os conteúdos divulgados nos meios de comunicação, que talvez poderiam abrir espaço para discussões mais democráticas e plurais, são também uma reprodução ortodoxa. Ou seja, o “senso-comum econômico” formado socialmente é como um todo um conjunto de ideias extremamente limitado que deriva de uma só vertente.

Por fim, todo o problema se intensifica e mostra sua profunda contradição na atual realidade econômica. Em um mundo de economia global em que as relações humanas de produção e consumo tomam proporções em escala cada vez maior e em que os problemas socioeconômicos se tornam cada vez mais complexos e determinados pelos fatores mais variados, a Ciência Econômica se distancia da explicação de fenômenos reais, restringida aos modelos ortodoxos quase imutáveis, que não evoluem junto à evolução social e econômica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do número de publicações, períodos e discussões tratadas nos artigos institucionalistas publicados no *The Quarterly Journal of Economics* permite observar uma

presença mais forte de artigos institucionalistas no período inicial da revista, que, no entanto, acabaram se tornando menos frequentes ao longo dos anos. Muitos dos artigos que ainda tratavam do tema institucional não eram teorias institucionais, mas uma mera incorporação de conceitos veblenianos em análises neoclássicas, tão condenadas por Veblen, do mesmo modo que o institucionalismo originário vebleniano sofre duras modificações ao ressurgir como o novo institucionalismo.

Para explicar esse fenômeno utilizou-se o embate histórico entre ortodoxia e heterodoxia, em que a hegemonia intelectual do pensamento ortodoxo acabou apagando a escrita científica heterodoxa e, consequentemente, institucional. As motivações para um apagamento da escola institucionalista frente à neoclássica dominante são explicadas por (1) o fato de a metodologia neoclássica, totalmente oposta ao método institucional, se firmar de modo absoluto na teoria econômica; (2) a questão da consolidação do neoclassicismo na ortodoxia e *mainstream* econômicos e (3) o caso da escola neoclássica e o sistema capitalista servirem ideologicamente um ao outro.

Com o passar das décadas, o *The Quarterly Journal of Economics* caminhou contra a inclusão igualitária de todas as vertentes da teoria econômica. O que acontece dentro dele é uma extensão da própria história do pensamento econômico dominante e que ainda hoje tem o método neoclássico como representativo.

Mas, vista a multiplicidade das pautas que perpassam a economia global de hoje, clama-se cada vez mais por alternativas às centralizadas e limitadas discussões ortodoxas, rumo a um pensamento econômico que, na hipótese ideal, convergisse para um amplo conjunto de explicações e teorias plurais em que esteja incluso o institucionalismo. Essa variedade de ideias, mesmo que em possível discordância, teriam sentido coexistindo em um mundo econômico real que também é diverso, antagônico e, principalmente, evolucionário.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Karl L. *The Unity of Veblen's Theoretical System*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 47, no. 4, 1933, pp. 598–626. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1884293>. Acesso em 1 apr. 2024.

BEEBE, Jack H. *Institutional Structure and Program Choices in Television Markets*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 91, no. 1, 1977, pp. 15–37. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1883136>. Acesso em 1 apr. 2024.

BOGENHOLD, Dieter. *From Heterodoxy to Orthodoxy and Vice Versa: Economics and Social Sciences in the Division of Academic Work*. ***The American Journal of Economics and Sociology***, vol. 69, no. 5, 2010, pp. 1566–90. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/27916909>. Acesso em 24 apr. 2024.

CLARK, John Bates. *The Future of Economic Theory*. ***The Quarterly Journal of Economics***, vol. 13, no. 1, 1898, pp. 1–14. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1882980>. Acesso em 1 apr. 2024.

COSTA, Luciano de Souza; COSTA, Armando Dalla. *Coase is not Veblen: a nova economia institucional de Coase versos o institucionalismo originário de Veblen*. **IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-20, jul. 2011.

DEQUECH, David. *Neoclassical, Mainstream, Orthodox, and Heterodox Economics*. ***Journal of Post Keynesian Economics***, vol. 30, no. 2, 2007, pp. 279–302. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/27746799>. Acesso em 1 apr. 2024.

EDIE, Lionel D. *Some Positive Contributions of the Institutional Concept*. ***The Quarterly Journal of Economics***, vol. 41, no. 3, 1927, pp. 405–40. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1883700>. Acesso em 1 apr. 2024.

GHOSH, C.; GHOSH, A.N. *Neoclassical Economics and Capitalism*. In: GHOSH, C; GHOSH, A.N. **An Introduction To Economics**: economic theory and society. Singapore: Palgrave Pivot, 2019. p. 13-55.

LAZONICK, William H. *Social Institutions, Imperfect Information, and the Distribution of Income: A Comment*. ***The Quarterly Journal of Economics***, vol. 92, no. 1, 1978, pp. 179–84. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1886005>. Acesso em 1 apr. 2024.

LEIBENSTEIN, H. *Bandwagon, Snob, and Veblen Effects in the 'Theory of Consumers' Demand*. ***The Quarterly Journal of Economics***, vol. 64, no. 2, 1950, pp. 183–207. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1882692>. Acesso em 1 apr. 2024.

MITCHELL, Wesley C. *Human Behavior and Economics: A Survey of Recent Literature*. ***The Quarterly Journal of Economics***, vol. 29, no. 1, 1914, pp. 1–47. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1885296>. Acesso em 1 apr. 2024.

MITCHELL, Wesley C. *Sombart's Hochkapitalismus*. ***The Quarterly Journal of Economics***, vol. 43, no. 2, 1929, pp. 303–23. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1882475>. Acesso em 1 apr. 2024.

MITCHELL, Wesley C. The British Board of Trade's Investigations into Cost of Living. ***The Quarterly Journal of Economics***, vol. 23, no. 2, 1909, pp. 345–50. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1882804>. Acesso em 1 apr. 2024.

MITCHELL, Wesley C. The British Report upon Real Wages in America and England. ***The Quarterly Journal of Economics***, vol. 26, no. 1, 1911, pp. 160–63. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1884530>. Acesso em 1 apr. 2024.

MITCHELL, Wesley C. The Dun-Gibson Index Number. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 25, no. 1, 1910, pp. 161–72. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1885829>. Acesso em 1 apr. 2024.

STARRETT, David. *Social Institutions, Imperfect Information, and the Distribution of Income: Reply*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 92, no. 1, 1978, pp. 185–86. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1886006>. Acesso em 1 apr. 2024.

STARRETT, David. *Social Institutions, Imperfect Information, and the Distribution of Income*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 90, no. 2, 1976, pp. 261–84. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1884630>. Acesso em 1 apr. 2024.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 186 p. (Os Economistas).

VEBLEN, Thorstein. *Why Is Economics Not an Evolutionary Science?* *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 12, no. 4, 1898, pp. 373–97. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1882952>. Acesso em 1 apr. 2024.

VEBLEN, Thorstein. *The Preconceptions of Economic Science*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 13, no. 2, 1899, pp. 121–50. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1882197>. Acesso em 1 apr. 2024.

VEBLEN, Thorstein. *The Preconceptions of Economic Science*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 13, no. 4, 1899, pp. 396–426. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1883645>. Acesso em 1 apr. 2024.

VEBLEN, Thorstein. *The Preconceptions of Economic Science*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 14, no. 2, 1900, pp. 240–69. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1883770>. Acesso em 1 apr. 2024.

WALLER, William, and Ann Jennings. *On the Possibility of a Feminist Economics: The Convergence of Institutional and Feminist Methodology*. *Journal of Economic Issues*, vol. 24, no. 2, 1990, pp. 613–22. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/4226300>. Acesso em 21 apr. 2024.

WHATLEY, Warren C. *A History of Mechanization in the Cotton South: The Institutional Hypothesis*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 100, no. 4, 1985, pp. 1191–215. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1885680>. Acesso em 1 apr. 2024.

NOTAS

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Antônio Francisco da Silveira, 164, 88040-160, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento aos presentes nos eventos Anpec Sul e AFEE South American Conference, que contribuíram com o enriquecimento de nosso trabalho. Em especial ao professor Felipe de Almeida pelos conhecimentos compartilhados acerca da temática do institucionalismo e principalmente às professoras Solange e Liana pela orientação quanto à pesquisa ao longo de um ano.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: E. M. Susin, T. D. Silva

Coleta de dados: E. M. Susin, T. D. Silva

Análise de dados: E. M. Susin, T. D. Silva

Discussão dos resultados: E. M. Susin, T. D. Silva, S. R. Marin, L. Bohn

Revisão e aprovação: S. R. Marin, L. Bohn

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Sem conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Textos de Economia** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Marcelo Arend